

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

JANEIRO/MARCO-2005

RENOVAR

239



FGV Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

Doutrina

- Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: um novo paradigma para o direito administrativo — GUSTAVO BINENBOJM 1
- A importância do processo administrativo fiscal — SERGIO ANDRÉ R. G. DA SILVA 33
- O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado no direito positivo comparado: expressão do interesse geral da sociedade e da soberania popular — HIDEMBERG ALVES DA FROTA 45
- As normas gerais de direito urbanístico — RICARDO MARCONDES MARTINS 67
- A efetividade do controle da gestão fiscal e sua relação com as sanções pessoais impostas aos administradores públicos pela Lei 10.028/2000 — MARIA CECÍLIA MENDES BORGES 89
- Controle das licitações pelo Tribunal de Contas — JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES 95
- O desrespeito ao princípio da valorização do trabalho humano por meio da contratação temporária de servidores públicos — GUSTAVO ALEXANDRE MAGALHÃES 111
- Princípios e normas gerais licitatórias — DIOGENES GASPARINI 119
- A dimensão jurídico-constitucional na formulação de políticas públicas: uma perspectiva a ser explorada — MANOEL ADAM LACAYO VALENTE 127
- Concursos públicos e o princípio da vinculação ao edital — FABRÍCIO MOTTA 139
- O regime jurídico dos dados e informações de exploração e produção de petróleo e gás natural — JOSÉ ALBERTO BUCHEB 149
- Acordo para recebimento de crédito perante a fazenda pública — ADILSON ABREU DALLARI 177
- Noções básicas de técnica jurídica — INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO 193
- Novas anotações sobre as empresas estatais — VÍTOR RHEIN SCHIRATO 209

Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e o direito tributário — ROGÉRIO LEITE LOBO	241
A responsabilidade pública no direito brasileiro e no direito estrangeiro — JOÃO ANTUNES DOS SANTOS NETO	255
Tribunais administrativos internacionais — JOSÉ CRETELLA JÚNIOR e JOSÉ CRETELLA NETO	299
Aposentadoria dos servidores públicos federais após as reformas da Constituição — MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	323
As raízes do realismo americano: breve esboço acerca de dicotomias, ideologia, e pureza no direito dos USA — JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI	359
Advocacia nos tribunais superiores — JOSÉ GUILHERME VILLELA	389
O contrato de concessão de exploração de petróleo e gás — ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	411
Tribunal de Contas — Controle de serviço concedido — LUCIANO FERRAZ	439
 Jurisprudência dos Tribunais	
Servidor público — Contratação temporária (STF)	457
Compensação de débito tributário (STF)	463
 Notas e Comentários	
Contribuição da seguridade social sobre servidores inativos e pensionistas (STF)	469
 Legislação	
Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 — Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.	473
Índice analítico	509

ERRATA: O artigo “Da inconstitucionalidade do vale-pedágio obrigatório instituído através da Lei nº 10.209/01” (RDA 238, p. 331) é de autoria da **Dra. Renata Schmidt Cardoso**, e não do Dr. Leonardo Pietro Antonelli, conforme publicado.